

A modelagem do ambiente informacional em proveito da Estratégia Nacional de Defesa

Wagner Peres Leite*

Introdução

A dimensão informacional, a dimensão física e a dimensão humana caracterizam o ambiente operacional (Brasil,

2022). As Forças Armadas, quando são empregadas pelo Estado, seja em ajuda humanitária, seja em apoio ou em conjunto com órgãos civis ou militares, seja na sua destinação fim, que é a solução de um conflito armado, atuam no ambiente operacional.

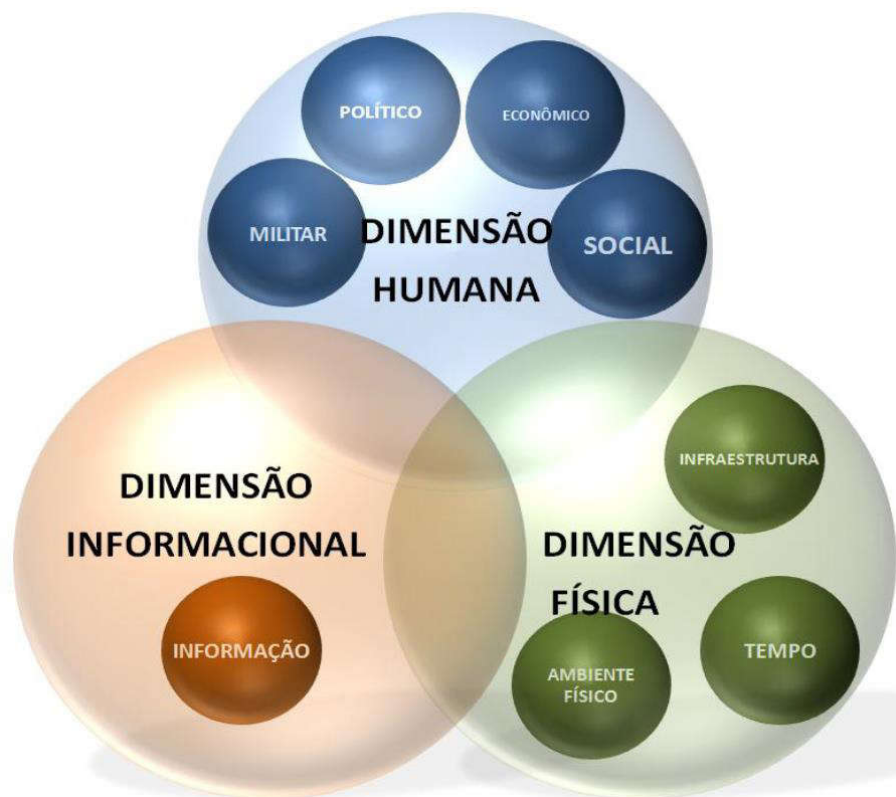


Figura 1 – Dimensões do ambiente operacional, englobando os fatores operacionais
Fonte: EB70-MC-10.211 – Manual de Campanha Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)

* TC Inf (AMAN/2002, EsAO/2011, ECEME/2020). Possui o Curso Avançado de Operações Psicológicas/2021. Atualmente, é instrutor na ECEME.

O Exército Brasileiro (EB) considera que: “A dimensão informacional abrange os sistemas utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação [...]” (Brasil, 2022). É na dimensão informacional que há a conscientização, o esclarecimento, a divulgação da informação. Para todas essas ações e possibilidades, é necessário comunicar bem e saber interpretar as comunicações que envolvem a Força Terrestre.

O Exército Brasileiro é um usuário/cliente assíduo da dimensão informacional, atuando diariamente para interagir com diferentes públicos-alvo, comunicando, informando, esclarecendo, explicando e executando outras ações, a depender da necessidade. A comunicação social é uma das ferramentas utilizadas pelos escalões do EB para atuar nessa dimensão, desde organizações militares até grandes comandos, com a missão de: “[...] preservar e fortalecer a imagem do Exército junto às comunidades nacional e internacional” (Brasil, 2017). A definição de comunicação social existente no *Glossário de termos e expressões para uso no Exército* é:

[...] Processo pelo qual se podem exprimir ideias, sentimentos e informações, visando a estabelecer relações e somar experiências. Compreende as atividades de Relações Públicas, Assessoria de Imprensa e Divulgação Institucional. É um campo de conhecimento acadêmico que busca aperfeiçoar o relacionamento entre os seres humanos como indivíduos ou como integrantes de um grupo social (Brasil, 2018).

O Exército também realiza outras interações com a população durante as operações militares, a partir de demandas específicas e dentro de um quadro tático. Alguns exemplos de interações possíveis de ocorrer são as operações de informação e as operações psicológicas, sendo ambas operações complementares. Segundo o *Glossário de termos e expressões para uso no Exército*, as operações de informação possuem a seguinte definição:

[...] 2. (EB) Consiste na atuação integrada das capacidades relacionadas à informação (CRI), em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos. Protege o ciclo decisório da Força, afetando o do oponente. Além disso, visa a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na dimensão informacional (Brasil, 2018).

Já as operações psicológicas (Op Psc), de acordo com o *Glossário de termos e expressões para uso no Exército*, são assim definidas:

[...] 2. Procedimentos técnico-especializados, operacionalizados de forma sistematizada para apoiar a conquista de objetivos políticos ou militares e desenvolvidos antes, durante e após o emprego da força, visando a motivar públicos-alvo amigos, neutros ou hostis a atingir comportamentos desejáveis (Brasil, 2018).

A comunicação estratégica é outra ferramenta que proporciona boa interação na dimensão informacional, contribuindo para a consecução dos objetivos estratégicos. O mundo empresarial sabe a importância dessa ferramenta e avançou muito nessa temática, pois entende o interesse dos públicos como uma questão de sobrevivência (Sturmer *et al.*, 2019).

O sucesso no alcance dos objetivos corporativos está diretamente ligado ao nível de conhecimento estabelecido entre as organizações e seus públicos. O princípio primordial no desenvolvimento da comunicação estratégica de resultados é comunicar de forma direcionada e eficaz (Sturmer *et al.*, 2019).

Os Estados modernos divulgam seus objetivos como nação para outros Estados e instituições, buscando a liberdade de ação necessária à consecução de seus objetivos nacionais (Brasil, 2019). Uma das ferramentas utilizadas para isso é a comunicação estratégica,



[...] que trata da abordagem conjunta de governo, impulsionada por processos interações e de integração de esforços focados em comunicar eficazmente a estratégia nacional (Brasil, 2019).

O EB também conhece o valor desse assunto, tanto que a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) aprofundou esse tema em um projeto interdisciplinar (PI) para o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) no ano de 2021, intitulado: “A Comunicação Estratégica como vetor de consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro.” O estudo foi tão relevante que a ECEME foi incumbida pelo Comando de Operações Terrestres (CO-TER) de produzir o *Caderno de Ensino de Comunicação Estratégica* em 2023.

Segundo o PI do CPEAEx, a comunicação estratégica do EB pode ser assim definida:

[...] é a unidade de ações, palavras e imagens em sintonia com sua Missão, Visão, Valores e seus Objetivos Estratégicos, na paz ou em operações, de forma alinhada, integrada e sincronizada, visando alcançar seus públicos de interesse, produzindo efeitos de longo prazo (Brasil, 2021).

Outro conceito para a comunicação estratégica apresentado nesse PI foi:

[...] a comunicação estratégica consiste em um conjunto de ações planejadas, bem definidas e estruturadas para que os objetivos da organização sejam atendidos. Essa comunicação conduz a mudanças de atitudes e alterações no comportamento dos membros da organização e orienta-os de forma que seus componentes se sintam motivados e integrados para que as metas sejam atingidas. A comunicação envolve a organização em sua totalidade – diretores, funcionários, associados, voluntários etc. (Brasil *apud* Pereira, 2021).

Assim, fica claro que, para bem comunicar e interagir na dimensão informacional, há que se estudar a dimensão humana, na qual se encontra o principal ator (até este momento, pois diversas possibilidades de comunicar e interagir, estão sendo implementadas pela inteligência artificial) e cliente dos produtos da dimensão informacional.

O antropólogo e historiador inglês James Cascio criou o termo “mundo BANI” para caracterizar as atuais relações entre as pessoas. A sigla significa, no idioma inglês, *brittle, anxious, nonlinear and incomprehensible* – frágil, ansioso, não linear e incompreensível, em tradução livre. Cascio é professor na Universidade da Califórnia e membro do Institute for the Future. Ele criou esse termo em abril de 2020, após estudos sobre prospecção de cenários que se iniciaram no ano 2000. Essa terminologia substituiu a antiga denominação “mundo VUCA”, cujo significado é *volatile, uncertain, complex and ambiguous* – volátil, incerto, complexo e ambíguo, em tradução livre, surgido na década de 1990 (Thornburg, 2021).

As palavras representadas no acrônimo BANI apresentam a característica identificada, cada vez mais frequente, nas pessoas em geral. A significação do *frágil* é que:

[...] sistemas que exibem todas as evidências de força e solidez, mas se desfazem com um certo nível de pressão. [...] um sistema frágil pode ir de utilizável a completamente quebrado. Neste [...] momento, o melhor exemplo [...] em que consigo pensar é a democracia e a governança democrática, em que nós, nos Estados Unidos, assim como em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil, reconhecemos que um sistema político aparentemente robusto pode com muita rapidez ser empurrado para a beira do colapso por um pequeno grupo de atores dentro do sistema (Thornburg *apud* Cascio, 2021).

Já o termo *ansioso* “surgiu da leitura sobre as experiências de pessoas mais jovens [...] a se sentirem sem qualquer controle sobre

as mudanças que afetam diretamente suas vidas” (Thornburg *apud* Cascio, 2021). O elevado volume de informações diárias encontradas em todos os lugares contribui para essa ansiedade.

O termo *não linear* refere-se à extrema desproporcionalidade na relação entre causa e efeito em muitos processos atuais. Ele cita, como exemplo, o aquecimento global, devido à defasagem entre os resultados hoje percebidos e sua respectiva causa, que foi a liberação do carbono para a atmosfera no final do século XX (Thornburg *apud* Cascio, 2021).

Finalizando, o termo *incompreensível* refere-se às:

[...] consequências da interação de ações e escolhas (que) são funcionalmente impossíveis de entender. Elas não fazem sentido porque os processos subjacentes são muito caóticos, muito complexos, muito grandes para o cérebro humano compreender por completo. O trabalho com inteligência artificial e o aprendizado de máquina aparecem aqui – já estamos em um ponto em que os fundamentos dos algoritmos para as escolhas das máquinas em sistemas de aprendizado muitas vezes não podem ser explicados, mesmo que funcionem como desejado (Thornburg *apud* Cascio, 2021).

Por fim, o autor defende que a análise do ambiente informacional é preponderante hoje para que as decisões sejam tomadas (Thornburg, 2021).

A era da informação emergiu no período pós-industrial, após a Segunda Guerra Mundial. As revoluções tecnológicas contribuíram para o surgimento de necessidades maiores do que aquelas advindas da produção mecanicista. As sociedades passaram a utilizar a informação como ativo nas diversas relações interpessoais. O comércio moldou a indústria, influenciado pela evolução da comunicação, surgindo condicionantes inéditas para as relações. Nossa era atual é caracterizada pela preponderância da infor-

mação nas diversas relações, sendo catalisada pelo advento da internet (Visacro, 2018).

As várias relações advindas da revolução industrial contribuíram para o surgimento de estudos sobre a ciência da comunicação (Rüdger, 2015), que foram posteriormente reunidos em teorias.

A teoria da *agulha hipodérmica* foi um dos modelos surgidos. Ela foi concebida por Harold Lasswell e apresentada em seu livro em 1927: *Técnica de Propaganda na Guerra Mundial*. A ideia central era que as mensagens da mídia eram recebidas de maneira uniforme pela audiência, promovendo respostas imediatas e diretas nesses indivíduos (De Fleur e Ball-Rokeach, 1993). Ela valeu-se das comunicações realizadas durante a guerra e seus efeitos junto aos públicos-alvo em seus estudos. Essa teoria foi muito importante naquela época, tanto que alguns pesquisadores decidiram aprofundar seus estudos, enquanto outros resolveram criticá-la.

Outra teoria da comunicação elaborada nesse contexto foi a do *agendamento* (também conhecida por *agenda setting*). O primeiro estudo foi realizado por Maxwell McCombs em 1968, para: “verificar a correlação entre a agenda dos meios de comunicação, a agenda do público e a agenda dos candidatos nas eleições presidenciais” (Castro, 2011).

Em 1972, McCombs aprofundou sua pesquisa, contando com Donald Shaw. Após cinco meses de trabalho, os autores afirmaram que:

[...] embora não fosse conclusiva a evidência de que os meios de comunicação de massa alteram profundamente as atitudes de uma campanha, [...] é muito mais forte a evidência de que os eleitores aprendem pela imensa quantidade de informação disponível durante cada campanha [...] (Castro, 2011).



Outra teoria gestada e nascida nesse período é a do *gatekeeper*, que se debruçou sobre a pauta jornalística. Ela estudou o processo utilizado nas redações midiáticas, para selecionar, dentre as várias notícias que chegam diariamente ao público, aquelas que viriam a ser apresentadas nos meios de comunicação, possibilitando: “[...] examinar como se dá, nas redações, o processo de seleção e construção do vasto material jornalístico disseminado por meio da mídia [...]” (Silva *apud* Shoemaker e Vos, 2016).

A teoria do *gatekeeper* também favoreceu a compreensão do posicionamento das matérias:

[...] para verificar o motivo pelo qual certos itens são escolhidos, modelados e posicionados, enquanto outros não conseguem passar pelos filtros sendo rejeitados, se perdendo ao longo do caminho (Silva, 2016).

Nos últimos anos, o fluxo das informações foi influenciado por diferentes fatores. As tecnologias incorporadas à rotina das pessoas colaboraram na difusão dos dados, aumentando a abrangência de meios de comunicação locais. Associada às tecnologias, a internet possibilitou que o ser humano se tornasse um importante comunicador, diminuindo a capacidade da formação da consciência sobre alguns temas pelos meios de comunicação consagrados.

A internet reduziu a relação do espaço e do tempo, intensificando os reflexos das ações no campo informacional. O espaço foi influenciado pela velocidade na propagação da informação, aproximando as diferentes civilizações, possibilitando o rápido conhecimento de fatos que acontecem no outro extremo do globo terrestre. Isso fortaleceu a opinião pública, aumentando a onipresença dos órgãos de imprensa, reduzindo o controle da sociedade e dos meios de notícia pelo Estado, favorecendo o surgimento da disseminação da informação digital em escala planetária. A consequência

direta para as operações militares foi o achatamento do nível decisório, levando as considerações políticas, estratégicas e táticas a se confundirem e se fazerem presentes até nos menores escalões (Visacro, 2018).

Assim, percebe-se a influência da dimensão informacional sobre o ambiente operacional, evidenciando a relevância da percepção da população, elevando-a à condição de *ponto decisivo nas atuais operações militares* (Visacro, 2018).

As ações na dimensão informacional em proveito da Estratégia Nacional de Defesa

A Política Nacional de Defesa é o:

[...] conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2020).

Ela é o documento de planejamento do mais alto nível, coordenada pelo Ministério da Defesa. Ela estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da defesa nacional. Para a sua implementação, concebe a Estratégia Nacional de Defesa (END), que se estrutura em Estratégia de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED).

O emprego das Forças Armadas brasileiras exige a participação de todos os níveis decisórios: político, estratégico, operacional e tático (Brasil, 2020).

O nível político é de responsabilidade do presidente da República e dos órgãos consultivo e de assessoramento, cabendo a eles a emissão da *Diretriz Presidencial de Emprego de Defesa* (DPED) – (Brasil, 2020).

O nível estratégico é de responsabilidade do Ministério da Defesa, assessorado pelos comandantes das três Forças Singulares – MB, EB e FAB – e pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Esse ministério tem o encargo de emitir a *Diretriz Ministerial de Emprego da Defesa* (DMED). É ainda no nível estratégico que está o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que tem o encargo de emitir a *Diretriz de Planejamento Estratégico Militar* (DPEM) – (Brasil, 2020).

No nível operacional está o comandante conjunto (Cmt Cj), que tem o encargo de elaborar o planejamento militar da operação, com base no Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEE-CFA) – (Brasil, 2020).

O nível tático é formado por cada força singular, que elabora seu respectivo planejamento a partir do plano emitido pelo comando operacional ativado (Brasil, 2020).

A palavra *estratégia* é definida pelo glosário das Forças Armadas como: “Arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem (Brasil, 2015)”. Assim, a END orienta o caminho a ser percorrido pelo Brasil para o estabelecimento da defesa nacional, indicando as articulações necessárias em todas as instâncias dos três Poderes, sendo a interação entre os escalões encarregados por essas ações e os segmentos não governamentais. Tudo isso para gerar maior estabilidade ao país e assegurar a integridade do território nacional e a proteção do povo brasileiro e dos setores estratégicos da economia (Brasil, 2020).

O planejamento da defesa brasileira é concebido pelo MD, sendo orientado na END. Ele é estruturado nas Estratégias de Defesa (ED) e nas Ações Estratégicas de Defesa (AED). As ED orientam e priorizam as iniciativas nacionais na área de defesa no nível mais amplo, possuindo alinhamento direto com os Objetivos Na-

cionais de Defesa (OND). Para cada ED, são estabelecidas as AED, com a finalidade de orientar as medidas a serem implementadas para a consecução dos OND. Uma ED pode contribuir para mais de um OND, assim como as AED em relação às estratégias, podendo ser de naturezas idênticas ou distintas (Brasil, 2020).

As Capacidades Nacionais de Defesa (CND) são compostas por diferentes expressões do Poder Nacional. Elas são fruto da sinergia dos diferentes órgãos governamentais e de entes privados, dependendo da análise da situação. As ferramentas utilizadas pelo EB na dimensão informacional – com destaque para comunicação social, operações psicológicas, operações de informação e, em breve, comunicações estratégicas – têm vocação para serem empregadas em proveito das capacidades de proteção, pronta resposta, dissuasão e gestão da informação. Esse emprego tem potencial para multiplicar as demais ações realizadas, contribuindo para a END.

A END estabelece a Região Amazônica e a Região do Atlântico Sul como áreas de interesse geoestratégico nacional. A imensa reserva de biodiversidade, de minerais e de recursos energéticos na Amazônia é uma prioridade nacional. A exploração sustentável será garantida também pelo incremento da capacidade militar, pela concentração de tropas na região e pelo acompanhamento efetivo nas dimensões física, informacional e humana, evitando-se que atores exógenos venham a influenciar o povo brasileiro da região (Brasil, 2020).

Ações na dimensão informacional coordenadas e integradas pelo MD, implementadas por meio das Forças Singulares, colaboram diretamente na consecução desses objetivos. Algumas técnicas utilizadas para a elaboração dos produtos a serem disseminados na dimensão informacional exigem o acompanhamento prospectivo dos cenários, a análise da propaganda adversa e o emprego de contrapropaganda. Além disso,

outras ações também podem ser empregadas contribuindo com a dissuasão da região do Atlântico Sul, buscando mitigar o interesse de outras nações.

No caso de uma operação militar, a realização permanente pelo MD de ações na dimensão informacional, associadas às CND, protegem as estruturas das Forças Armadas. Essas ações favorecem o ganho de tempo para a execução de uma pronta resposta, aumentando os efeitos de uma dissuasão e colaborando na proteção da tomada de decisão das forças brasileiras. Elas têm potencial, ainda, para agir contra o processo decisório da força oponente por intermédio da exploração das vulnerabilidades do público-alvo, modificando atitudes ou comportamentos, contribuindo para a conquista dos objetivos propostos para a operação militar.

A ED 2 do OND 1 estabelece o fortalecimento da capacidade de dissuasão. Essa estratégia é diretamente afetada por meio da mudança da atitude do oponente, para que desista de se contrapor ao Estado brasileiro. As ações na dimensão informacional contribuem sobremaneira para a consecução desse objetivo, por ser essa missão essencial de muitas das ferramentas existentes no EB. Além disso, ainda devem ser agregadas às características de ter baixo custo e de apresentar reduzido risco para a dimensão humana empregada.

A ED 5 do OND 2 pode ser beneficiada pela realização de ações coordenadas pelo MD na dimensão informacional. Essa estratégia trata do dimensionamento do setor de defesa. A sua AED 26 consiste no incremento das capacidades de autodefesa das Forças Armadas, a fim de contribuir para a proteção e defesa civil nacional, prevenção, mitigação e resposta, dentre outros, em eventos de natureza química, biológica, radiológica e nuclear (Brasil, 2020). Podem ser realizadas ações na dimensão informacional sistemáticas e rotineiras, desde já, para mitigar a disposição para realizar um atentado.

A ED 7 do OND 2 é uma das estratégias com maior possibilidade para ser beneficiada por ações na dimensão informacional. Essa estratégia trata do desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional. A AED 34 dessa estratégia consiste no fortalecimento do sentimento coletivo, do patriotismo e da adesão da sociedade brasileira aos esforços nacionais de defesa (Brasil, 2020). O emprego pelo MD de ações na dimensão informacional pode fortalecer os sentimentos de nacionalidade e patriotismo, assim como as ações podem ser direcionadas para reduzir a motivação da força adversa que possa estar influenciando o povo brasileiro.

As estratégias que aqui foram comentadas mostram um potencial para serem favorecidas ou para aperfeiçoarem seus processos por meio de ações realizadas pelo MD na dimensão informacional. A influência social de um público-alvo, a fim de modificar atitude e/ou comportamento, é missão síntese de algumas das ferramentas disponíveis no EB para serem utilizadas na dimensão informacional.

As ações na dimensão informacional sob a coordenação do Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é responsável pelo estabelecimento de políticas ligadas à defesa e à segurança nacional, que são a PND e a END. Ele é incumbido da direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da doutrina de operações conjuntas. Ele também articula os assuntos da defesa junto aos demais ministérios, a fim de garantir a soberania nacional.

A estrutura organizacional do Ministério da Defesa tem dois grandes segmentos (**figura 2**). Um dos segmentos é o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), que tem a missão de promover e coordenar a interoperabilidade

de entre as Forças Singulares. O outro segmento é a Secretaria-Geral, que é o órgão central de direção ao qual estão subordinadas as demais secretarias do ministério (Brasil, 2021).

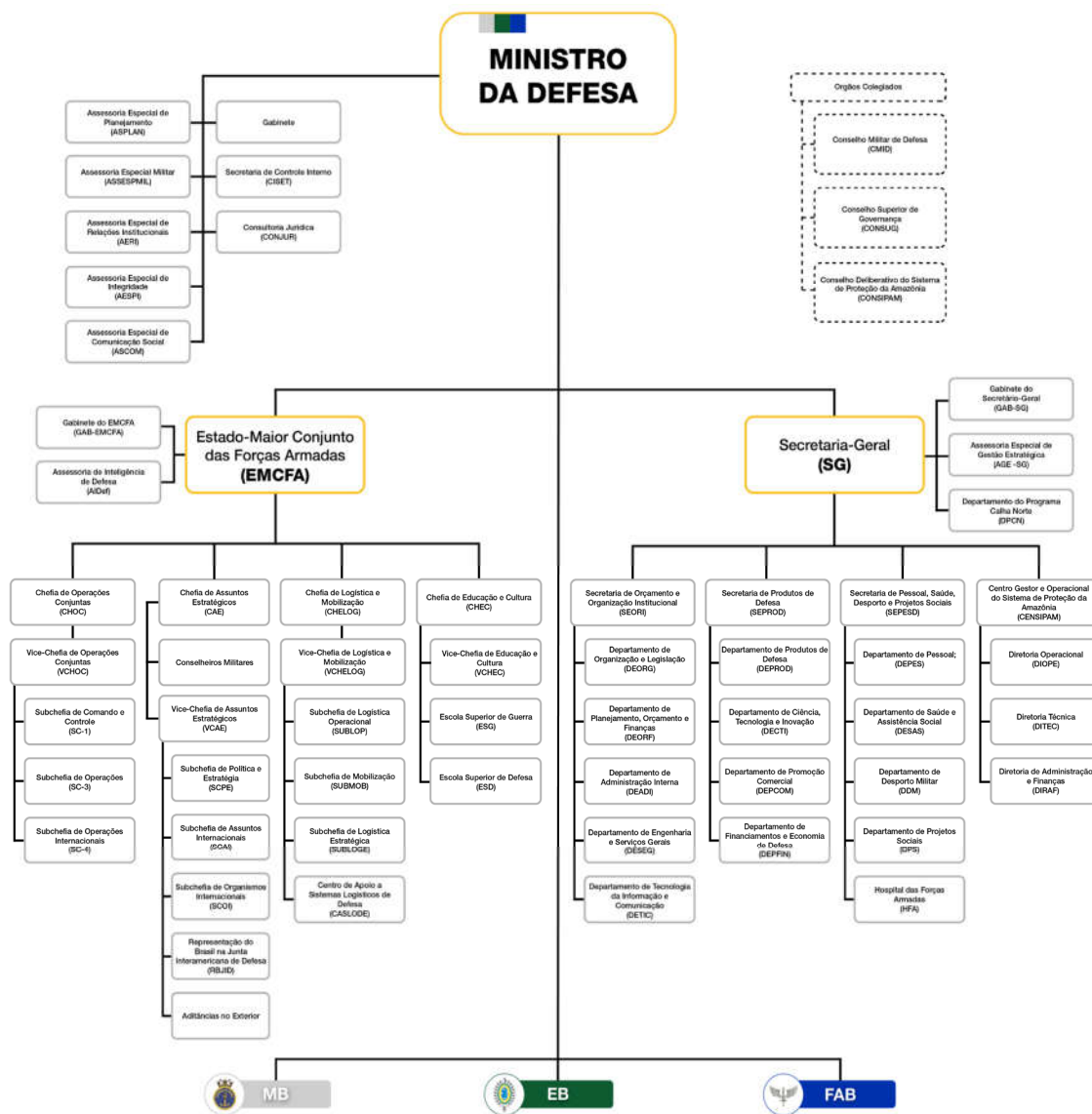


Figura 2 – A estrutura do Ministério da Defesa

Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>. Acesso em: 29 jun 2023

O EMCFA é o órgão do MD que assessorar o ministro de estado da Defesa e coordena o emprego conjunto das três Forças Singulares. Seu chefe é um oficial-general do último posto de qualquer uma das Forças, com o mesmo grau de precedência hierárquica dos comandantes militares, da ativa ou da reserva, sendo indicado pelo ministro e nomeado pelo presidente da República. Ele coordena o comitê integrado pelos chefes de estados-maiores dos comandos militares (Brasil, 2021).

O EMCFA é estruturado para o cumprimento de suas atribuições em quatro chefias (**figura 3**): a Chefia de Operações Conjuntas (CHOC), que é a estrutura ligada ao preparo e ao emprego das Forças Singulares; a Chefia de Assuntos Es-

tratégicos (CAE), que é responsável pela análise de cenários, por representações ligadas à defesa no exterior e outros assuntos estratégicos; a Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG), que é encarregada da política de mobilização nacional; e a Chefia de Educação e Cultura (CHEC), a quem compete fomentar os estudos de defesa; preservar os sistemas de ensino das Forças Armadas, buscando a equivalência entre os cursos realizados; promover a interação entre os sistemas de ensino das Forças Armadas, fomentando as atividades conjuntas e entre as instituições, civis e militares, de ciência, tecnologia e inovação; e coordenar e supervisionar o sistema educacional de suas escolas (Escola Superior de Guerra e Escola Superior de Defesa).

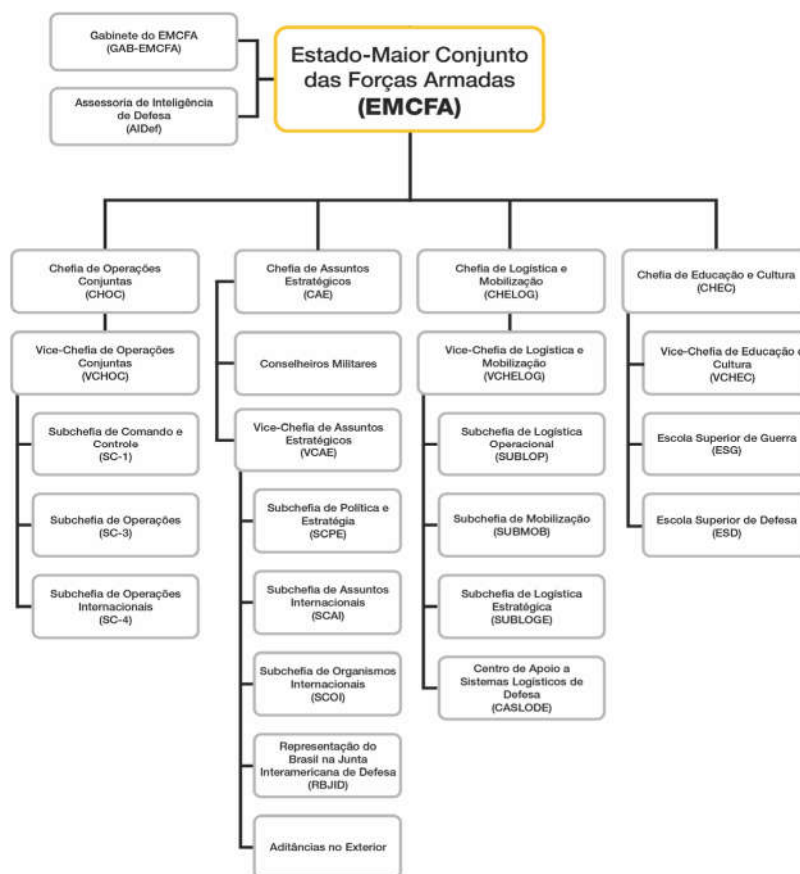


Figura 3 – O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
 Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>. Acesso em: 29 jun 2023

A CHOC é a que possui mais interações com as Forças Singulares. É de sua competência a ligação com os comandos conjuntos ativados nas operações militares, sendo algumas de suas responsabilidades:

Art. 12. À Chefia de Operações Conjuntas compete:
I – assessorar o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos seguintes assuntos:
a) emprego das Forças Armadas em cumprimento à legislação;
b) exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas;
[...]
V – coordenar com a Assessoria de Inteligência de Defesa as demandas referentes às análises de inteligência e à produção de conhecimento de inteligência de defesa para os planejamentos e as supervisões nos níveis estratégico e operacional [...]
(Brasil, 2023).

A CAE é encarregada de estudos prospectivos e de assuntos atinentes a representações junto aos organismos internacionais. São atribuições da Chefia de Assuntos Estratégicos:

Art. 38. À Chefia de Assuntos Estratégicos compete:
I – assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos temas relacionados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais;
[...]
III – propor diretrizes e coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento dos temas destinados à política, à estratégia e aos assuntos internacionais na área de defesa;
IV – assessorar o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relacionados à Política Nacional de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa;
V – atualizar a sistemática de planejamento estratégico-militar;
VI – propor ações e coordenar atividades de articulação e de integração, interna e externa, para viabilizar a combinação de esforços e a racionalidade administrativa;
VII – avaliar a situação estratégica e acompanhar a evolução das conjunturas nacional e internacional, de maneira a subsidiar o processo de planejamento estratégico-militar;
VIII – coordenar a elaboração do planejamento estratégico, no que lhe couber, de acordo com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, com base nos cenários esperados, observadas as competências das demais Chefias do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e

de outros órgãos de assessoramento e de assistência direta ao Ministro de Estado; [...]
(Brasil, 2023).

O MD deve orientar as ações na dimensão informacional das três Forças Singulares. Ele poderá conceber um plano setorial, que será o Plano de Comunicação Estratégica de Defesa, alinhado desde o mais alto nível. Para isso, poderá fomentar uma discussão para a elaboração de um plano nacional de comunicação estratégica, onde constarão os objetivos do nível político para todo o Estado brasileiro. Esse plano nacional deverá contar com a participação de todos os ministérios em sua elaboração e será assinado pelo presidente da República, passando a contar com uma vigência plurianual. A CAE poderá contribuir com a elaboração desse plano, apresentando os cenários prospectivos para o Brasil, para a América Latina e para o mundo, finalizando com a apresentação dos objetivos estratégicos de defesa. A Casa Civil ou o Ministério do Planejamento poderá ser responsável por esse plano nacional.

Os objetivos estratégicos de defesa deverão ser detalhados no Plano de Comunicação Estratégica de Defesa, que será o documento de mais alto nível para o setor de defesa, onde constarão as orientações das ações na dimensão informacional para cada Força Singular. O documento é de responsabilidade do MD, assessorado pelo EMCFA e por cada Força Singular. Esse plano será utilizado na formulação do Plano de Comunicação Estratégica das Forças Armadas. O Com TO deve estabelecer os objetivos estratégicos militares (nível operacional). As F Singulares devem elaborar seus objetivos (Obj) táticos, obedecendo o alinhamento com os planos dos escalões mais elevados (Plano Nacional de Comunicação Estratégica, Plano Estratégico de Comunicação Estratégica e Plano de Comunicação Estratégica de Defesa). O EMCFA deve conceber o Plano de Comunicação Estratégica das Forças Armadas, considerando não apenas os objetivos essenciais para serem conquistados por cada F Singular, como também todas as HE. As F Singulares

estabelecerão seus Obj táticos alinhados com os níveis superiores.

Para isso, o MD precisa estar estruturado a fim de cumprir as atribuições sugeridas. A elaboração do Plano de Comunicação Estratégica de Defesa e a participação na elaboração do Plano Nacional de Comunicação Estratégica exigem uma dimensão humana capacitada, a fim de que o entendimento das técnicas utilizadas na iniciativa privada possa ser empregado junto ao setor de defesa e junto às Forças Singulares, cabendo destacar sua atribuição de desenvolver e aperfeiçoar a doutrina conjunta.

A atual estrutura do MD já possui dimensão humana e responsabilidades ligadas à dimensão informacional. A análise das competências de duas chefias do EMCFA possibilita identificar a temática da dimensão informacional. A CHOC tem ligação com o preparo e o emprego das tropas de cada Força Singular, apresentando possibilidade de contribuição tanto no desenvolvimento da doutrina de operações conjuntas, quanto no desenvolvimento na doutrina afeta à dimensão informacional de cada força. A CAE possui o encargo de

[...] coordenar a elaboração do planejamento estratégico, no que lhe couber, de acordo com o Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, com base nos cenários futuros [...] (Brasil, 2021).

Esse encargo, por exemplo, possui estreita relação com parte do conceito das Op Psc, que estabelece:

[...] e compreendem ações políticas, militares, econômicas e psicossociais [...] para apoiar a conquista de objetivos políticos ou militares e desenvolvidos antes, durante e após o emprego da força [...] (Brasil, 2015).

Outra atribuição da CAE, havendo estreita relação entre a END e as ações na dimensão informacional que já foram tratadas, é:

[...] IV – assessorar o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

nos assuntos relativos à Política Nacional de Defesa e à Estratégia Nacional de Defesa; [...] (Brasil, 2021).

Quanto à dimensão humana, o EB possui militares capacitados para ocupar eventuais cargos no MD. São realizados cursos e estágios para especializar os militares, ou atualizá-los quanto a novas técnicas, táticas e procedimentos para ações na dimensão informacional. Alguns cursos nessa área são: Auxiliar de Comunicação Social; de Operações Psicológicas; de Comunicação Social; e Avançado de Operações Psicológicas. Todos esses cursos capacitam a dimensão humana do EB a planejar, coordenar e/ou realizar ações na dimensão informacional. O Curso Avançado de Operações Psicológicas, por exemplo, tem a finalidade de

[...] **habilitar militares** a ocupar cargos e desempenhar funções específicas relacionadas a planejamento e análise de operações psicológicas, **nos níveis estratégico, operacional e tático** [...] (Brasil, 2021, grifo nosso).

Tal curso possibilita fomentar a doutrina de Op Psc no MD e colaborar com o desenvolvimento da doutrina nas Forças Singulares.

Conclusão

O momento atual tem apresentado a relevância da dimensão informacional. Discussões surgidas na sociedade são utilizadas para fomentar mudanças, servindo ao propósito de destabilizar setores importantes da sociedade. As características do mundo BANI evidenciam em parte como isso ocorre. A internet também acelerou as relações atuais, comprimindo a relação entre o espaço e o tempo, destacando a dimensão informacional no campo de batalha.

A preponderância da dimensão informacional requer ações permanentes. O acompanhamento se faz necessário para manter a doutrina atualizada. O EB especializa militares para ocupar cargos nos vários níveis decisórios. Os cur-

sos e estágios na área informacional habilitam a dimensão humana do EB para o desempenho de funções desde o nível tático, passando pelo nível operacional e até o nível estratégico, possibilitando, desde já, que o MD preencha claros em sua estrutura, caso seja necessário.

O MD possui estrutura que favorece a intensificação das ações na dimensão informacional. A CHOC tem ligação com o preparo e o emprego das tropas de cada Força Singular, podendo fomentar o desenvolvimento da doutrina de operações conjuntas para as ações na dimensão informacional. A CAE conduz ações ligadas à dimensão informacional com seus estudos estratégicos. A intensificação de ações nessa dimensão possibilitará flexibilidade ao MD para a consecução de seus objetivos de defesa, além de possibilitar ganhos semelhantes aos identificados em organizações que exploram a dimensão informacional de maneira sistematizada.

As ED apresentadas neste estudo evidenciam a oportunidade de multiplicação dos resultados ou de aceleração dos processos es-

tabelecidos, por meio de ações na dimensão informacional. A influência social de um público-alvo, a fim de modificar atitude e/ou comportamento, é o objetivo de muitas ferramentas utilizadas na dimensão informacional. O acompanhamento prospectivo de cenários e a identificação e segmentação de público-alvo são ações com grande potencial de favorecimento do estudo de situação, por colaborar na identificação de vulnerabilidades e ameaças e por possibilitar o aperfeiçoamento de linhas de ação, favorecendo a antecipação e a proatividade, além da economia de meios e recursos e da preservação da vida humana.

A Estratégia Nacional de Defesa, planejada e coordenada pelo Ministério da Defesa, deve considerar realizar ações permanentes na dimensão informacional, coordenadas e sincronizadas desde o mais alto nível do setor de defesa e voltadas para objetivos estabelecidos a partir desse nível, a fim de favorecer a consecução dos objetivos estratégicos de defesa, colaborando na solução pacífica das contendas ou das crises.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm. Acesso em: 3 jun 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-03.103: Comunicação Social**. 2. ed. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-03.109: Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. 5. ed. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-07.101: Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040**. 1. ed. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 3. ed. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB70-MC-10.213: Operações de Informação**. 2. ed. Brasília, DF, 2019.



BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas**. volume 1. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023** – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11337.htm>. Acesso em: 3 jul 2023.

CASTRO, Darlene Teixeira. “**A hipótese do agenda-setting**: histórico e integração de conceitos.” Caderno Seminal 15.15 (2011): n. pag. Web. Disponível em: <https://www.academia.edu/869382/A_HIP%C3%93TESE_DO_AGENDA_SETTING_HIST%C3%93RICO_E_INTEGRA%C3%87%C3%83O_DE_CONCEITOS>. Acesso em: 3 jul 2023.

DE FLEUR, M. e BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Projeto interdisciplinar CPEAEx 2021**: a comunicação estratégica como vetor de consecução dos objetivos estratégicos do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: ECEME, 2021. Disponível em: <<https://consultaredebic.decex.eb.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em: 22 jun 2023.

REV. ENS. EDUC. CIENC. HUMAN., Londrina, v. 18, n.3, p. 191-196, 2017. **O Modelo de Lasswell Aplicado à História das Teorias da Comunicação**. Iuri Yudi Furukita Baptista. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. RS. Brasil. Disponível em: <<file:///C:/Users/eb1010669743/Downloads/nathaliadias,+Gerente+da+revista,+02+-+O+Modelo+de+Lasswell-1.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2023.

RÜDGER, Francisco. **O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda**: 12 estudos de arqueologia do pensamento comunicacional. Porto Alegre: Sulina, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qJwEAAAQBAJ&pg=PA7&ots=bD7JPj7ZXX&dq=teoria%20da%20agulha%20hipod%C3%A9rmica&lr=lang_pt&hl=pt-PT&pg=PA15#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 jun 2023.

SILVA, Maria Aparecida Ramos da; ROCHA, José Adenilson Costa da. Temática: **Gatekeeper e a construção da notícia no telejornalismo no Rio Grande do Norte**. 10. ed. João Pessoa: UFPB, 2016. 17 p. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/31062>>. Acesso em: 3 jul 2023.

STURMER, Adriana *et al.* **Comunicação estratégica**: públicos de interesse e persona organizacional. Revista Visão: Gestão Organizacional, Caçador, SC, Brasil, p. 25-43, jun 2019. ISSN 2238-9636. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33362/visao.v8i1.1728>>. Acesso em: 22 jun 2023.

THORNBURG, David. **A educação em um mundo cada vez mais caótico**. Entrevista. Boletim Técnico SENAC, ahead of print, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://bts.senac.br/bts/article/view/880/750>>. Acesso em: 9 ago 2021.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

WESTON, Anthony. **A construção do argumento**. 1. ed. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2009. **O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/composicao/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas-emcfa/emcfa>>. Acesso em: 15 set 2021.

O que é o Ministério da Defesa? Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-2/o-que-e-o-ministerio-da-defesa-1/o-que-e-o-ministerio-da-defesa>>. Acesso em: 15 set 2021.

